



o trabalhador
da *CM2*



A LUTA VAI CONTINUAR!

As conquistas, os compromissos, a continuação da luta!

Pág. 10-11

Novo ataque aos trabalhadores da AP!

Pág. 3



Por uma vida digna!

Os meses de junho e julho foram profícuos em acontecimentos, uns mais ou menos positivos, outros extremamente negativos, que marcaram e continuam a marcar a vida dos trabalhadores do município de Lisboa.

Se a greve convocada pelo STML, suspensa em parte, do passado mês de Junho obrigou a CML a contratar um número importante de trabalhadores, mas ainda insuficiente, considerando a rutura de setores nevrálgicos ao funcionamento, organização, salubridade e segurança da cidade, outros assuntos mantêm-se por resolver, decorrendo nesse sentido sucessivas reuniões de trabalho com o executivo municipal. Contudo, ficamos por vezes com a impressão de que a CML posiciona-se mais numa perspectiva de arrastar a resolução dos problemas conhecidos, do que de facto em solucioná-los a termo definitivo.

Como sempre afirmámos, as reuniões de negociação com a CML são indispensáveis, mas é na força e mobilização organizada dos trabalhadores que reside o poder determinante à salvaguarda dos seus direitos, interesses e defesa dos seus postos de trabalho, defendendo simultânea e paralelamente, os direitos das populações a serviços públicos de qualidade.

Por esse motivo, os atuais responsáveis políticos da autarquia não devem e não podem esquecer os compromissos assumidos com o STML, caso contrário não nos deixarão outra alternativa que não seja discutir e avançar com os trabalhadores formas de luta que se considerem mais oportunas.

No plano mais geral, indissociável dos problemas que enfrentamos diariamente, continuamos a enfrentar um governo que não olha a meios para atingir os seus fins. A imposição de legislação específica – *Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Tabela Salarial Única e Tabela Única de Complementos* - que impõe novos roubos aos rendimentos dos trabalhadores da administração pública, além de eliminar importantes direitos, degra-



No único caminho possível...



dando obviamente as condições de trabalho e de vida de milhares de trabalhadores, materializa um processo sem precedentes no nosso país.

A única solução possível para reverter este autêntico retrocesso social e civilizacional passa impreterivelmente pela demissão de um governo há muito ilegal e ilegítimo, e que de facto tem governado acima das suas possibilidades.

Foi este sentimento que, inequívoca e indesmentivelmente, ficou bem patenteado na manifestação nacional do passado dia 10 de julho, convocada pela CGTP-IN, contando com a participação de muitos milhares de trabalhadores do setor público e privado, jovens e menos jovens, desempregados, reformados e aposentados.

Um processo de luta que continuará a ser construído diariamente e que só abrandará com a demissão de *Portas & Passos*, ou não fossem eles e a *sua política*, os principais responsáveis pelo estado calamitoso em que se encontra a vida social e económica do nosso país, empurrando para um empobrecimento acelerado e inaceitável a imensa maioria dos trabalhadores e do povo portugueses.

Estamos em pleno período de férias, para quem as pode gozar obviamente, mas não podemos nem por um único momento bai-

xar a guarda perante quem nos vê como meros cifrões numa equação demasiado simplista de custo/benefício, revelando uma matriz que necessita urgentemente de ser reconstruída, só possível através de uma política de esquerda, independente e soberana.

Seja no município de Lisboa, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou Empresas Municipais, o único caminho que nos garante condições de trabalho, respeitando direitos e salários, é o caminho da confiança, união e determinação na luta por uma vida digna.

Informados, unidos e mobilizados, sempre juntos, sempre com mais força! ■



Governo prossegue ataque aos direitos e remunerações dos trabalhadores da administração pública!

O governo PSD/CDS-DD continua o ataque cerrado aos trabalhadores da administração pública, aos seus direitos e às suas remunerações. Assume agora forma legislativa, concretizadora das suas intenções, com a publicação, em 20 de junho, da *Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas* (LTFP), Lei 35/2014 e ainda, com a apresentação das propostas de Lei sobre a Tabela Remuneratória Única e a Tabela Única de Suplementos.

Elencamos as principais alterações que, com a entrada em vigor a 1 de agosto, alteram as relações de trabalho da Administração Pública. Deste modo,

Tendo como referência o Código do Trabalho (CT)

➤ Determina-se que é aplicável o disposto no CT e respetiva legislação complementar todas as matérias que não estejam previstas nesta lei.

TEMPOS DE TRABALHO

Limites máximos dos períodos normais de trabalho | Fixação das 8 horas/dia e de 40 horas/semana.

➤ Salienta-se que o período normal de trabalho pode ser reduzido por ACEEP.

Regime de adaptabilidade e banco de horas

➤ Aplica-se aos trabalhadores com CTFP, com as necessárias adaptações, os regimes de adaptabilidade, individual e grupal, e banco de horas, individual e grupal, do Código do Trabalho.

TRABALHO SUPLEMENTAR

➤ Aplica-se aos trabalhadores com vínculo público, o regime constante da LGTFP e, com as necessárias adaptações, o regime do Código do Trabalho.

Compensação remuneratória

➤ Se o trabalho suplementar for efetuado em dia normal de trabalho, o trabalhador tem direito aos seguintes acréscimos remuneratórios:

- 25% da remuneração na primeira hora ou fração desta;
- 37,5% da remuneração, nas horas ou frações subsequentes.

Se o trabalho suplementar for efetuado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar e em dia de feriado, o trabalhador tem direito ao acréscimo de 50% da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.

FÉRIAS

➤ **Fixação do período de férias em 22 dias úteis**, podendo acrescer um dia, por cada conjunto de 10 anos de serviço efetivamente prestado, sem prejuízo de eventuais acréscimos decorrentes de sistemas de recompensa do desempenho, nos termos previstos na lei ou em ACEEP.

Eliminam-se também os acréscimos atribuídos em função da idade, do que decorre uma inqualificável subtração dos períodos de férias, conquistados há mais de 15 anos!



FALTAS

Efeitos das faltas justificadas | Determinam a perda da retribuição:

- As faltas por motivo de doença, desde que o trabalhador beneficie de um regime de segurança social de proteção na doença;
- As faltas por motivo de acidente no trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;
- As faltas para assistência a membro do agregado familiar, sendo consideradas como prestação efetiva de trabalho;
- As faltas que por lei sejam consideradas justificadas se excederem 30 dias por ano;

Não determinam a perda de retribuição:

- As motivadas pela necessidade de tratamento ambulatorio, realização de consultas médicas e exames complementares de diagnóstico que não possam efetuar-se fora do período normal de trabalho e só pelo tempo estritamente necessário;
- As motivadas por isolamento profilático;
- As dadas para doação de sangue e socorrismo;
- As motivadas pela necessidade de submissão a métodos de seleção em procedimento concursal;

TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO

Fases do processo de requalificação

- A **1ª fase** decorre durante o prazo de 12 meses, seguidos ou interpolados;
- A **2ª fase**, sem termo pré-definido, inicia-se decorrido o prazo de 12 meses relativos à primeira fase;

Remuneração do trabalhador em situação de requalificação

- **Na 1ª fase** a remuneração será de montante correspondente a 60% da remuneração base auferida na categoria de origem;
- **Na 2ª fase** a remuneração será de montante correspondente a 40% da remuneração base auferida na categoria de origem.

Reiterando o que temos afirmado, esta espécie de “Código do Trabalho da Função Pública”, também designado pelo governo como “simplex legislativo” é mais um instrumento virado para a perversão de direitos, prosseguindo a escalada persecutória dos trabalhadores.

Assim, esta Lei continua a fomentar a precariedade, ataca a liberdade de negociação e, sobretudo, de contratação coletiva, agrava a degradação dos tempos de trabalho, erige a chamada “requalificação profissional” como uma verdadeira antecâmara de despedimentos, reduz significativamente os períodos de férias e estabelece princípios sobre carreiras, remunerações e formulação da chamada “Tabela Única”, que, a serem concretizados, tornarão cada vez mais injustas e indignas as condições de vida dos trabalhadores e dos seus agregados familiares. ■



Limpeza Urbana na cidade de Lisboa

Uma área pública há décadas cobiçada pelos interesses privados

Temos assistido desde 2007, ano em que António Costa iniciou o seu primeiro mandato à frente dos destinos da CML, à implementação de uma política contrária à defesa do serviço público na cidade, com todas as implicações que esta opção política acarreta, quer para as populações, quer para os trabalhadores, mas também, obviamente, perante todos aqueles que esperam ganhar algo com a degradação dos serviços públicos municipais. Falamos, claro está, dos interesses particulares que ambicionam explorar áreas de interesse público que, pelo seu caráter imprescindível ao funcionamento da cidade e ao bem-estar das populações, potenciam lucros garantidos e exorbitantes.



Neste enquadramento, a limpeza urbana assume uma importância quase transcendente. Dificilmente se aceita hoje em dia, pelo menos no mundo ocidental dito desenvolvido, uma cidade que não disponha dos meios necessários à sua limpeza diária, eficiente e eficaz. A problemática em torno da saúde pública, com implicações no já referido bem-estar das pessoas, mas também na imagem da própria cidade perante quem a visita ou nela trabalha, aumentando a sua importância no caso de uma cidade capital do país, são fatores que atestam a importância vital dos serviços responsáveis pela limpeza urbana das metrópoles modernas.

A discussão atual centra-se na dicotomia 'privado versus público', isto é, se os serviços públicos, e da limpeza urbana em particular, devem estar na alçada do poder público ou do poder privado. Muitos afirmam, defendendo a segunda opção, que o "privado faz melhor e mais barato", contudo, as experiências das parcerias público-privadas, as externalizações ou concessões, ou ainda as privatizações puras e duras, demonstram claramente o oposto.

1. Os custos para o erário público aumentam, ou seja, os contratos por norma celebrados garantem tendencialmente os interesses do 'privado' face ao 'público'. Como invariavelmente assistimos, os lucros são exclusivamente privados e os prejuízos inteiramente públicos;
2. Por outro lado, os cidadãos são chamados a pagar uma fatura cada vez mais cara, seja em impostos diretos e/ou indiretos ou através do pagamento das mais variadas taxas;
3. A qualidade dos serviços prestados pela "gestão privada", diminuem inexoravelmente face à hierarquização das suas prioridades, definidas, quase exclusivamente, em torno da procura incessante pelo lucro, e não propriamente pela satisfação do interesse público e geral, sempre dependente de uma ótica puramente economicista;
4. Paralelamente, os cofres do Estado ou do município, em função do caso em análise, deixam de receber importantes receitas;
5. O controlo público da gestão privada, pelos cidadãos, deixa de ser feito, já que ninguém sufraga, através de eleições democráticas, livres, periódicas e transparentes, estes novos patrões da 'coisa pública'.

Obviamente, não queremos afirmar que na esfera pública se deva ignorar o fator sustentabilidade na gestão praticada. Defendemos que a

ação de quem orienta e dirige organismos e serviços públicos devem ser pautadas por uma gestão de rigor, seriedade e responsabilidade, procurando em todas as dimensões possíveis, a satisfação qualitativa e quantitativa do interesse público.

Não aceitamos práticas que coloquem em causa a administração dos dinheiros públicos e promovam a degradação dos serviços públicos prestados, por exemplo através do esvaziamento e desinvestimento, justificando posteriormente a necessidade da sua entrega ao sector privado face à sua ineficácia e ineficiência, geralmente associando

"derrapagens financeiras insustentáveis".

No sector da limpeza urbana, é pertinente relembrar as "experiências piloto" na zona da Baixa lisboeta, primeiro por Santana Lopes e depois por António Costa. Tentativas que disfarçavam a privatização faseada da limpeza da cidade em algumas das suas zonas mais nobres.

Recordamos, ainda bem presente na memória de todos, o desmantelamento da Limpeza Urbana com a transferência de trabalhadores e equipamentos para as juntas de freguesia que, o tempo dirá, poderá consubstanciar um passo intermédio na sua privatização, agora de determinadas valências como da varredura e da lavagem. Mais uma vez, o desmantelamento dos serviços públicos é, neste caso em concreto, desenvolvido faseada e progressivamente.

Paralelamente aprofunda-se o caminho para a destruição do serviço público remanescente na CML, no caso concreto da remoção. Neste contexto, sublinhamos as declarações mais ou menos informais que apontam soluções externas, mascaradas pelo eufemismo dos "serviços municipalizados", ou utilizando outra terminologia supostamente inocente, mas que no essencial encobrem a vontade em associar o poder público e os interesses privados. Quando os "conselhos de administração" dos organismos criados para o efeito, começam a derrapar nas suas contas, agravando o tão propalado défice das contas públicas, então justificam-se a sua extinção e privatização.

O momento atual que se vive na CML, poderá alimentar aparentes contradições ao leitor mais distraído. Na limpeza urbana/remoção acabaram de ser contratados 150 trabalhadores para desempenharem a tarefa de cantoneiros, materializando uma reivindicação que justificou em grande medida a greve do passado mês de junho. Mas, apesar desta grande vitória dos trabalhadores e do seu Sindicato, não nos deixemos iludir!

É indesmentível que este reforço de pessoal era, e continua a ser, imprescindível à prossecução deste importante serviço público municipal, garantindo simultaneamente, melhores condições de trabalho, no plano da saúde e segurança, a quem desempenha esta laboriosa tarefa. Contudo, continua a ser insuficiente face às reais carências do sector numa perspetiva a médio/longo prazo.

A Limpeza Urbana, não temos dúvidas, deve permanecer sob a gestão direta do poder público, isto é, da Câmara Municipal, recebendo o investimento necessário, em meios humanos e materiais, imprescindível à plena satisfação da sua missão junto da cidade e da população de Lisboa. Deste princípio, estruturante para o STML, não abdicamos. ■

A destruição da Biblioteca-Museu República e Resistência / Espaço Grandella: Um Equipamento que já não serve a Cidade

A transferência da Biblioteca-Museu República e Resistência/ Espaço Grandella (BMRR) para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca criou uma enorme quantidade de impasses cuja resolução não tem fim à vista. Um equipamento que desenvolvia uma intensa atividade cultural com base em parcerias com universidades, centros de investigação e organizações culturais, encontra-se hoje completamente paralisado devido a decisões camarárias marcadas pela falta de diálogo, pela falta de transparência e pela proteção de clientelas.

Passados alguns meses sobre a decisão de transferir o equipamento para a Junta de Freguesia, ainda não é conhecido o destino a dar a este espaço. Contudo, no meio destes impasses e silêncios encontram-se trabalhadores (três técnicos Superiores) a aguardar pelo bom senso das partes, esperando retornar aos quadros da Câmara para que se reparem desse modo os seguintes absurdos:

1. A profunda rutura no funcionamento do equipamento, conduzindo-o à perda da sua identidade e especialização.

1.1. Fundado em 31 de Janeiro de 1993 no atual Espaço Grandella, o Projeto BMRR teve como objetivo e missão primordial a exposição pública de objetos e acervos documentais e históricos relacionados com a implantação da República e a persistência dos seus valores políticos e morais durante o Estado Novo, pretendeu-se associar uma biblioteca de referência e espaço de debate;

1.2. Para cumprir a sua missão enquanto equipamento especializado em “História Contemporânea”, a BMRR foi dotada de um rico acervo documental (livros, jornais, panfletos, boletins, cartazes) constituindo a “Coleção Dulce Ferrão” o seu exemplo mais significativo. A “Coleção Dulce Ferrão” é constituída por mais de 30 000 documentos com particular destaque para a sua riqueza temática relativa ao período da Monarquia Constitucional e da Primeira República;

1.3. Com a criação da BMRR/Espaço Cidade Universitária em

2001, a “Coleção Dulce Ferrão” e os “Espólios” ficaram repartidos pelos dois espaços constitutivos do projeto BRMM (Espaço Grandella e Espaço Cidade Universitária). Portanto, a partir de 2001 os dois espaços da Biblioteca passaram a funcionar em complementaridade, ou seja, o Espaço Grandella ficou como Biblioteca de Consulta Local, enquanto o Espaço Cidade Universitária, dotado do “Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas Horizon”, se especializou no empréstimo domiciliário de documentos;

1.4. Com a atual separação entre os dois espaços da BMRR, um processo que conduziu a que se considerasse apenas o espaço Cidade Universitária como equipamento estruturante (ficando portanto sob gestão direta da CML), a até aqui BRMM/Espaço Grandella sofreu, necessariamente, uma mudança profunda na sua natureza, identidade e funcionamento. As consequências da retirada da coleção Dulce Ferrão e das 98 pastas constitutivas dos chamados Espólios (Contendo milhares de documentos originais e únicos relativos a assuntos vários, implicam necessariamente o completo esvaziamento da função cultural da Biblioteca enquanto equipamento especializado.

2. Por conseguinte, fica claro que o pressuposto que fundamentou a seleção dos trabalhadores a transitar para Junta de Freguesia não se verifica no caso da BMRR/Espaço Grandella. Contudo, como as competências associadas à gestão da coleção que não transitam implicam a retirada dos Espólios, ou seja, 98 pastas com milhares de documentos, implicando também a retirada da coleção Dulce Ferrão, ou seja, 70% dos documentos catalogados e a quase totalidade dos documentos não catalogados, a existência da Biblioteca como equipamento cultural é hoje uma verdadeira ficção.

Os trabalhadores da BMRR/Espaço Grandella sofrem uma alteração radical no seu enquadramento profissional com a transferência do equipamento para a Junta de Freguesia

O fim do carácter especializado da BMRR/Espaço Grandella decorre inevitavelmente da decisão de retirada do acervo documental que constitui o núcleo fundamental da identidade do equipamento (Espólios e Coleção Dulce Ferrão).

Até agora a atividade profissional dos trabalhadores da BMRR/Espaço Grandella tem estado inteiramente enquadrada pela natureza do acervo documental referido. Por conseguinte, fica claro que a atividade profissional dos trabalhadores da BMRR/Espaço Grandella se encontra profundamente alterada não se verificando uma vez mais o “pressuposto da continuidade”. ■



Uma profissão em risco de extinção?

O slogan lançado em 2007 do *'Zé faz falta'*, abriu caminho à desconstrução sem precedentes da gestão pública dos jardins da cidade de Lisboa. Obviamente, o *'Zé'* a que nos referimos dificilmente alcançaria tamanha proeza sem a complacência determinante do Presidente que lhe deu a mão em coligação e o integrou no executivo municipal.

Caminhando no tempo de trás para a frente, é importante relembrar que existiam no início dos anos 1990 cerca de 1100 jardineiros da Câmara Municipal que mantinham, conservavam e elevavam de uma forma extraordinária os espaços verdes, melhorando consequentemente a qualidade de vida de quem escolheu Lisboa como a sua cidade.

Passados mais de vinte anos, esse número está reduzido a 112 trabalhadores e os jardins que antes eram tratados pela autarquia estão, na maior parte dos casos, sob alçada de uma qualquer empresa privada, escudados numa prática política que privilegia a sua concessão sistemática.

Em resultado desta má opção, muitos dos espaços verdes privatizados apresentam uma imagem pobre e degradada apesar das empresas sobre as quais é imputada a responsabilidade da sua conservação, receberem avultadas verbas nesse sentido. Uma imagem por vezes minimizada, pela intervenção dos trabalhadores do município, que vão tapando, sempre que necessário pela força das reclamações dos munícipes, os buracos deixados pelos *'empreendedores modernos'* contratados por vezes a peso de ouro pelos (des) governantes da cidade.

É esta prática que o atual vereador do Pelouro do Ambiente Urbano, Espaços Verdes e Espaço Público não se cansa de valorizar, defendendo inclusive a extinção da profissão de jardineiro na CML, perfeitamente desnecessária, afirma.

Constatamos que o pretenso *'vereador independente'* parece



estar mais comprometido com os interesses particulares daqueles que procuram explorar os espaços verdes de Lisboa, do que com a defesa do serviço público, dos trabalhadores do município e do bem-estar dos lisboetas, aliás, numa sintonia indesmentível com a política mais geral da maioria socialista que vê no sector privado a solução para todos os problemas, principalmente os que são consequência das suas próprias medidas.

Não podemos ainda esquecer a existência de uma Escola de Jardinagem, criada em 1982, materializando a preocupação em assegurar a formação e reciclagem de profissionais de jardinagem, preferencialmente dos jardineiros municipais, promovendo a sua qualificação, através da transmissão de conhecimentos técnicos adequados, que vão acompanhando a evolução desta área.

Uma escola que parece não interessar minimamente a quem hoje tem o poder de decisão na Câmara Municipal. Também por esta via, a intervenção personalizada do Sr. vereador tem desvalorizado o investimento realizado e as aptidões adquiridas ao longo de décadas pelos trabalhadores do município, pelo menos dos que restam nesta nobre profissão.

Além dos direitos dos trabalhadores-jardineiros, é imprescindível defender e exigir a gestão e o investimento público nesta área cuja importância para a elevação da qualidade de vida na e da cidade de Lisboa é cada vez maior. Também aqui, a defesa dos serviços públicos municipais está umbilicalmente conotada com a defesa dos direitos dos trabalhadores do município.

Pela dignificação da profissão de jardineiro, pela proteção e manutenção, qualitativa e quantitativa, dos espaços verdes da cidade de Lisboa! ■





RSB... Luz ao fundo do túnel?

Começava a ser desesperante o estado caótico no qual estava mergulhado o maior corpo de bombeiros do país. Não por culpa dos bombeiros, pois a abnegação, o profissionalismo e o espírito de sacrifício, são características reconhecidas pelos munícipes, mas sim dos responsáveis políticos, que votaram o Regimento ao esquecimento e ao abandono.

Ao longo dos últimos 6 anos, esgotando-se o diálogo com a CML, o Departamento de Bombeiros do STML desenvolveu inúmeras formas de luta, desde plenários, concentrações, manifestações ou greves sempre na procura da resolução aos problemas que afetam o RSB e os seus profissionais.

E foi como consequência do pré-aviso de greve para o dia 12 de junho, que no feriado de 10 de junho, este sindicato esteve reunido com o presidente da autarquia, reunião da qual foi elaborada uma ata, que é já do conhecimento de todos os bombeiros, onde ficou o compromisso de resolução imediata das muitas reivindicações que o Departamento de Bombeiros há muito vinha exigindo.

É sem dúvida a “luz ao fundo do túnel” que todos queríamos ver. Finalmente foi devolvida a esperança aos bombeiros e, após anos de marasmo, foram finalmente dados passos significativos para a resolução dos problemas mais prementes. Esperemos que o atual Comando tenha a capacidade para agilizar todos os procedimentos que dele depende, de forma a inviabilizar quaisquer manobras dilatórias por parte dos responsáveis políticos.

Não se compreende porque é que ao longo dos últimos anos a autarquia deixou que os problemas se avolumassem, ao invés de os ir resolvendo a medida que eles surgiam, ficando a dúvida se seria incompetência dos responsáveis diretos, negligência ou se propositadamente colocaram o Regimento na “gaveta do esquecimento”? Mas como diz o povo, “mais vale tarde, que nunca” e, finalmente, António Costa decidiu “por mãos á obra” e voltar a pôr o Regimento “sobre os carris” ao aprovar:

1. A abertura imediata de concurso

para uma recruta de 50 bombeiros: já foi aprovado em Reunião de Câmara (dia 11 de junho) e aprovado em Assembleia Municipal (dia 8 de julho). Foi ainda proposto pelo STML que este possa ser alargado a mais vagas com o propósito de ser possível admitir duas recrutas aproveitando o mesmo concurso. Proposta aceite CML, sabendo que a segunda recruta terá que ingressar até ao prazo máximo de 1 ano, após a entrada da primeira.

2. **Abertura imediata de concurso para promoção da hierarquia do RSB:** os recursos humanos já reuniram com o RSB para dar andamento ao concurso e vão intervir junto do secretário de Estado da tutela do CEFA no sentido de concretizar a formação necessária aos trabalhadores e de intensificá-la de modo a ser o mais célere possível a sua administração.
3. **Aquisição de EPI para os bombeiros:** a CML espera receber 350 unidades até agosto e abrirá brevemente concurso para a aquisição das restantes unidades necessárias de forma a equipar todos os bombeiros.
4. **Aquisição de fardamentos para bombeiros:** serão desenvolvidos os procedimentos que garantam a aquisição de 2 fardamentos até final de 2014 e 1 fardamento em 2015.
5. **Pagamento do suplemento noturno a todos os trabalhadores sobre o trabalho extraordinário realizado em período noturno:** será pago em julho ou agosto, mas com efeitos a partir de 10 de junho.



Mas como não queremos que essa “luz ao fundo do túnel” se transforme numa “miragem”, o Departamento de Bombeiros irá reunir com frequência com o executivo, de forma a analisar ponto por ponto face aos compromissos inscritos na ata da reunião de 10 de junho, calendarizando para esse efeito a sua concretização.

Ficou mais uma vez provado que o STML é o único sindicato com força negocial junto da autarquia e os Sapadores Bombeiros podem e devem confiar no seu, no nosso Sindicato.

Lutar vale sempre a pena! ■

Na EGEAC impõe-se a defesa do Acordo de Empresa!

Apesar de ser a EGEAC quem realiza as Festas de Lisboa, o mesmo não é dizer que são os seus trabalhadores, cada vez menos envolvidos, os responsáveis pelos respetivos eventos. As medidas aprovadas nos últimos três anos pelo governo PSD/CDS em relação ao valor do trabalho extraordinário, diminuindo-o em quase 2/3, tem provocado uma redução significativa da participação dos trabalhadores da EGEAC, segundo alguns, no maior e mais importante evento da cidade de Lisboa.

Conforme seria espectável, a redução de 75% no pagamento do trabalho extraordinário, só podia culminar num decréscimo de envolvimento por parte dos trabalhadores na atividade da EGEAC, principalmente aquela que se produz para além do horário de trabalho normal.

Poderemos censurar os trabalhadores por esta opção? Claro que não! Ninguém deve trabalhar (quase) de borla até porque o 'voluntarismo' raramente paga as despesas habituais no fim do mês. Por outro lado, podemos e devemos censurar um governo que há muito deixou de ter a confiança dos trabalhadores portugueses, empurrados para um passado sem perspectivas de futuro pela força de uma política injusta e arbitraria que impõe, sem apelo nem agravo, a retirada de direitos e o roubo institucionalizado e sistemático dos nossos rendimentos.

Não é de estranhar portanto que, face a estes cortes abusivos, no que toca ao valor e ao pagamento do trabalho extraordinário, muitos trabalhadores da EGEAC tenham decidido que já não compensa o esforço, económico e logístico, de se sujeitarem a trabalho fora de horas



extremamente mal pago.

Contudo, a necessidade em realizar trabalho extraordinário mantém-se como uma realidade incontornável. Por esse motivo, a EGEAC, face à indisponibilidade de muitos trabalhadores, viu-se obrigada a contratação externas para colmatar as diversas necessidades subjacentes a cada evento.

Perante esta situação, será pertinente retirar algumas considerações, nomeadamente:

1. Será o caminho do recrutamento externo, o mais adequado para assegurar os eventos da responsabilidade da EGEAC?
2. Será que os trabalhadores que são parte integrante desta



empresa e que ainda aderem a estas iniciativas, apesar do valor da retribuição ter sido reduzido para um quarto daquilo que está estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho, simplesmente o fazem por – ainda – acreditarem na missão da EGEAC, comumente denominado na gíria futebolística “pelo amor à camisola”? E por quanto tempo durará este esforço de trabalhar mediante uma retribuição sobejamente deflacionada?

3. Será que devemos aplaudir um rasto de obras feitas à custa do salário dos trabalhadores? Ou será isto uma forma de oportunismo mascarado com uma desresponsabilização das medidas adotadas de forma impávida e serena?
4. Será que este CA não deve ter uma atitude de responsabilidade social virada, também, para os seus trabalhadores?
5. Qual o caminho que se reserva a estes trabalhadores, quando os seus próprios dirigentes (CA) não assumem medidas que procurem compensar, em alguma medida, as consequências da política de austeridade?

Os trabalhadores devem exigir do atual CA, a assunção de uma política responsável e legal, negando-se a aplicar leis inconstitucionais e respeitando paralelamente o **Acordo de Empresa**, instrumento que celebrou com a estrutura mais representativa dos trabalhadores da EGEAC e que procura ir de encontro aos seus anseios, salvaguardando os seus direitos e os seus interesses. ■

2ª fase da transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia foi marcada por uma tentativa de voluntariado à força!?

No momento em que escrevemos este artigo, está prestes a terminar o prazo para a conclusão da 2.ª fase de seleção e transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia. Um processo que engloba essencialmente as categorias profissionais de assistentes técnicos, técnicos superiores, técnicos e especialistas de informática, mas também alguns assistentes operacionais no sentido de colmatar carências específicas em áreas de intervenção identificadas pelas juntas de freguesia.

O recrutamento de trabalhadores nesta fase, seguindo as regras definidas pela Câmara Municipal, seria em regime de voluntariado. Em junho, o STML teve conhecimento que, dos 350 trabalhadores necessários, ter-se-iam voluntariado cerca de 160. Na última reunião com a CML, a 4 de julho, somar-se-iam mais 80, o que implicava a necessidade de mais 110 trabalhadores das várias categorias profissionais supracitadas.

O STML sempre foi contra a transferência de trabalhadores e equipamentos para as juntas de freguesia, num processo que teve como único objetivo esvaziar a CML dos seus recursos que lhe permitiam responder positivamente naquela que é, e deve continuar a ser, a sua missão pública perante a cidade e a sua população.

O executivo municipal procurou através deste projeto político, demitir-se e desresponsabilizar-se no desenvolvimento de políticas nas várias áreas em causa, isto é, da educação, ao desporto, à cultura, ação social, ou ainda da gestão e manutenção do espaço público, entre muitas outras.

O STML desde o primeiro momento percebeu os enormes constrangimentos, ansiedades e preocupações que esta 2.ª fase, à semelhança da primeira, iria provocar no seio dos trabalhadores potencialmente transferíveis. No pré-aviso de greve para a semana dos Santos Populares, uma das reivindicações referia: «Lutar por critérios objetivos e claros na seleção dos trabalhadores que transitarão para as Juntas de Freguesia na segunda fase deste processo e pela demonstração rigorosa da necessidade, justiça e imparcialidade».

Na reunião com a CML, do passado dia 10 de junho, consequência do processo de luta supramencionado, ficou registado em ata que nesta fase de recrutamento de trabalhadores, se prolongaria o regime de voluntariado até 15 de julho quando o prazo inicialmente previsto apontava a data de 11 de junho. Também por aqui se percebem as dificuldades da CML em encontrar trabalhadores que de livre vontade se disponibiliz-



sem a irem para uma qualquer junta de freguesia.

Neste sentido, apenas a 15 de julho seriam avaliados os resultados do período de voluntariado e respetivas entrevistas, discutindo-se apenas nessa data, os passos a seguir.

Contudo, a partir do dia 7 de julho o STML teve conhecimento que muitos trabalhadores estavam a ser coagidos pelo Departamento de Recursos Humanos que, por telefone, lhes impunha a escolha de uma junta, de três ou quatro que lhe eram indicadas, além da obrigação em aceitar uma entrevista com um representante da Junta de Freguesia e da CML|RH.

Em alguns casos, ficou no ar a ameaça de um processo disciplinar, caso os trabalhadores não aceitassem a dita entrevista. Podemos de facto afirmar que o conceito de 'voluntariado' estava a ser redefinido mais na linha do 'voluntário à força'.

Após contactos vários com os responsáveis da CML no sentido de suspender estes procedimentos inaceitáveis, o STML aconselhou todos os trabalhadores a demonstrar expressamente a sua indisponibilidade em transitarem para uma qualquer junta de freguesia (caso fosse essa a sua vontade), escusando nesse sentido, participar nas referidas entrevistas.

Em alguns casos, os trabalhadores coagidos, desmarcaram *a posteriori* as entrevistas, alegando má fé da parte de quem conduziu o processo telefonicamente e das pressões a que foram sujeitos inadmissivelmente.

Temos noção que esta 2ª fase abrange um conjunto de trabalhadores com determinado perfil profissional, o que revela um grau mais elevado de subjetividade na sua seleção. Por esse motivo exigimos, desde o início, a clarificação e densificação dos critérios a aplicar. Reivindicação à qual a CML sempre procurou escapular-se porque, no essencial, esses critérios não existem. Também por esta via se justifica a falência deste processo, pouco transparente, mal fundamentado e desrespeitando em toda a linha os trabalhadores do município.

Estamos convencidos, que tudo não passou de um momento de frustração da parte do executivo municipal ao qual o STML e os trabalhadores souberam responder firme e eficazmente. E assim iremos continuar. ■



O que interessa destacar da luta desenv

A política seguida pelo executivo PS na CML, de desinvestimento e desmantelamento dos serviços municipais, à qual se deve associar o projecto que provocou a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, com efeitos práticos a partir de 10 de março, provocou, como seria de esperar, um descontentamento profundo no seio dos trabalhadores, chamados a pagar a factura face às consequências de uma política errada, injusta e inaceitável.

Destas consequências, tornou-se insuportável a falta de condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, a ausência de fardamentos e equipamentos de protecção individual e, principalmente, a carência de pessoal nos mais diversos sectores operacionais sob alçada da Câmara Municipal.

Problemas aos quais se devem somar, a instabilidade provocada pela 2.ª fase de transferências para as juntas de freguesia, envolvendo assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores.

A situação mais gritante verificava-se na Limpeza Urbana, onde o elevado número de cantoneiros de limpeza transferidos para as juntas de freguesia, provocou a ruptura do serviço de remoção, uma das valências da limpeza urbana que ficou sob alçada da CML. Chegou-se a um ponto em que diariamente, apenas 20% dos circuitos eram feitos.

Paralelamente, os trabalhadores afectos a este serviço foram sujeitos a uma pressão intolerável, com ameaças de processos disciplinares, impedimento do gozo de folgas, conjugado com um risco crescente para a sua saúde e integridade física, já que as chefias indicavam apenas um trabalhador por circuito, quanto antes este trabalho era realizado por dois. A sobrecarga de trabalho extraordinário ultrapassou os limites, quer éticos e humanos, quer mesmo os que a Lei obriga.

Por outro lado, face à incapacidade da CML, era exigido aos cantoneiros de limpeza transferidos para as juntas de freguesia, a recolha de resíduos sólidos, competência exclusiva da Câmara Municipal. Também por aqui se confirmou a razão do STML quanto à falência deste projecto, alertas sempre ignorados deliberadamente pelo executivo de António Costa.

A constatação de todos estes problemas, reforçada pelas preocupações crescentes dos trabalhadores, apercebidos nos vários plenários realizados, obrigava com alguma premência à produção de uma resposta.

Neste sentido, as direcções do STML e do STAL promoveram a realização de dois plenários gerais, um de noite no refeitório dos Olivais, no dia 26 de maio e outro, na tarde do dia 28 de maio, na Praça do Município.

Nestes plenários, foi apresentado por ambas as estruturas sindicais, uma proposta de luta que passava por um dia de greve (12 de junho) para todos os trabalhadores da CML e Juntas de Freguesia, um dia de greve (14 de junho) para os trabalhadores da Limpeza Urbana do período nocturno,



e greve ao trabalho extraordinário das 00h00 do dia 13 de junho, às 24h00 do dia 22 de junho. Esta proposta foi aprovada pela maioria dos trabalhadores presentes.

De referir a presença do vereador Duarte Cordeiro, responsável pelo Pelouro do Ambiente Urbano, na primeira parte do plenário nocturno. Esta participação justifica-se pelo convite das direcções de ambos os sindicatos, face à sugestão dos trabalhadores da limpeza urbana que procuraram, directamente, questionar o responsável político considerando os problemas supracitados.

No plenário que se realizou durante a tarde do dia 28 de maio, nos Paços do Concelho, aprovou-se uma resolução que foi entregue nesse mesmo dia aos vereadores e presidente da CML, presentes na sessão pública de câmara.

Determinada a forma de luta, constatamos que a entrega do pré-aviso de greve provocou teve efeitos quase imediatos. Na sessão de câmara, o executivo anunciava a abertura de concurso externo de admissão para 50 cantoneiros de limpeza e de uma recruta para o RSB de 50 bombeiros sapadores.

Estes números foram considerados insuficientes pelo STML que, através de uma intervenção na supracitada sessão, denunciou o facto de a proposta da CML apenas dar resposta na substituição de trabalhadores que viessem a aposentar-se, mantendo-se por isso, a carência gritante de pessoal.

Nos dias 4 e 5 de junho, decorreram reuniões entre elementos das direcções do STML e do STAL e o vice-presidente, vereador responsável pela Higiene Urbana, além dos diretores Municipais dos Recursos Humanos e do Ambiente Urbano.

O objetivo centrou-se na discussão em torno das reivindicações que sustentaram o pré-aviso de greve. Reuniões que foram inconclusivas. Contudo, verificou-se uma evolução na “vontade” do executivo municipal, que já admitia contratar de imediato 75 cantoneiros de limpeza

olvida na semana dos Santos Populares!



como prestadores de serviço, mais 25 com contrato de emprego de inserção (CEI). O número duplicava assim em relação ao inicialmente avançado pela Câmara Municipal, mas era ainda exíguo para o Sindicato.

Como em relação a todos os outros problemas, não foram apresentadas soluções minimamente exequíveis, a luta manteve-se de pé.

No dia 8 de junho (domingo), o STML foi contactado pelo presidente da CML, procurando reunir, discutir e desbloquear o impasse a que tinham chegado as negociações entre sindicatos e autarquia.

Esta reunião decorreu no dia 10 de junho ao fim da tarde que, além do STML, contou com a presença do presidente e vice-presidente da CML, do vereador responsável pela Higiene Urbana e os diretores Municipais dos Recursos Humanos e do Ambiente Urbano.

Após umas longas 4 horas e meia de discussão, foi finalmente possível chegar a um entendimento sobre as diversas reivindicações. Das matérias resolvidas e acordadas por escrito com a CML, interessa destacar:

1. A entrada imediata de 150 cantoneiros, (125 como prestadores de serviços, 25 CEI) abrindo-se concurso externo para 150 vagas, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado para o mapa de pessoal do município de Lisboa.

2. Abertura de imediato de um concurso para uma recruta de 50 Bombeiros Sapadores tendo em vista a celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado para o mapa de pessoal do município de Lisboa.

3. Abertura de um concurso para promoção da hierarquia intermédia do RSB.

4. Abertura de concursos para aquisição de equipamentos de proteção individual para os Sapadores Bombeiros.

5. Emissão da declaração de fundos disponíveis (DFD) para o procedimento de aquisição de botas de inverno para a Limpeza Urbana/Remoção.

6. Pagamento do trabalho extraordinário efetivamente realizado na

Limpeza Urbana/Remoção.

7. Pagamento das férias acumuladas, vencidas e não gozadas, aos trabalhadores que transitaram para as Juntas de Freguesias.

8. Pagamento aos trabalhadores acidentados, a média do trabalho extraordinário realizado nos últimos 12 meses.

9. Pagamento do suplemento no trabalho extraordinário realizado por todos os trabalhadores em período noturno.

10. Administração da formação CAM aos condutores de pesados, priorizando os trabalhadores que dela já careçam.

11. No plano da segunda fase de transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia, será feita uma reavaliação a 15 de julho, evitando-se a todo o custo, quaisquer medidas que coercivamente possam empurrar para as Juntas trabalhadores contra a sua vontade.

12. No plano do investimento necessário à melhoria das condições de trabalho, através de obras em postos, edifícios, quartéis e instalações municipais, elaboração de um plano nesse sentido a discutir na próxima reunião (agendada para 30 de junho). Plano a concretizar nos próximos quatro anos.

13. Avaliação das carências de pessoal em todos os sectores profissionais onde tal se verifique, com vista à abertura de concursos de admissão de pessoal. Os elementos concretos seriam analisados, também, na reunião de 30 de junho.

Perante os compromissos assumidos pelo executivo municipal, realçando a importância das conquistas alcançadas, em alguns casos materializando problemas cuja resolução se arrastavam há mais de 10 anos, ambos os sindicatos decidiram suspender a greve no RSB, no dia 14 para a limpeza urbana e a greve prevista ao trabalho extraordinário.

Todavia, e porque muitos compromissos ficariam supostamente acertados apenas na reunião de 30 de Junho, manteve-se a greve para o dia 12 de junho.

Apesar do contexto complexo e de desinformação que rodeou esta importante jornada de luta, a participação dos trabalhadores foi significativa, na remoção (cantoneiros de limpeza). De salientar também a forte adesão registada nas oficinas de manutenção mecânica (DRMM). Constatou-se ainda, com níveis distintos, uma boa adesão dos trabalhadores das Juntas de Freguesia.

Podemos facilmente concluir que a disponibilidade demonstrada pelos trabalhadores do município foi determinante para os resultados alcançados, mas a luta não terminou, muito pelo contrário!

Enquanto os problemas concretos persistirem no município de Lisboa, continuaremos a exigir por todas as formas de luta possíveis, a sua resolução. A força de todos, STML e trabalhadores, será fundamental para a defesa dos nossos direitos e dos nossos interesses. ■



O que podemos retirar das reuniões de negociação com a CML...

Dando seguimento ao referido no artigo anterior, o STML reuniu com a CML, nos passados dias 30 de junho e 4 de julho, procurando debater e acertar a calendarização dos compromissos assumidos na reunião de 10 de junho. Da parte da CML, estiveram presentes o presidente António Costa, o vice-presidente Fernando Medina e os vereadores Duarte Cordeiro, Carlos Castro e Jorge Máximo.

Destacamos alguns dos principais assuntos abordados, nomeadamente:

1. **Admissão imediata de 150 cantoneiros de limpeza:** já estão admitidos os 125 em prestação de serviços, os restantes 25 trabalhadores dos contratos de emprego e inserção dependem da operacionalização com os serviços da segurança social;

2. **Abertura imediata de concurso para ingresso de 150 cantoneiros de limpeza:** está a percorrer os passos legais para sua abertura;

3. **Aquisição de botas de inverno para a remoção:** será emitida a DFD necessária em agosto para serem entregues no final de setembro/início de outubro;

4. **Pagamento do trabalho extraordinário efetivamente realizado na DHU/Remoção:** já foi pago no mês de junho. Os trabalhadores devem verificar o recibo para detetar alguma anomalia para ser retificada pelos recursos humanos.

5. **Pagamento das férias acumuladas, vencidas e não gozadas, aos trabalhadores que transitaram para as Juntas de Freguesia:** será pago no mês de Julho, faltando apenas verificar junto das JF se alguns trabalhadores terão eventualmente gozado parte delas;

6. **Pagamento aos trabalhadores acidentados da média dos últimos 12 meses do trabalho extraordinário:** será pago previsivelmente em Julho;

7. **Pagamento do suplemento noturno a todos os trabalhadores sobre o trabalho extraordinário realizado em período noturno:** será pago em julho com efeitos a partir da decisão da CML tomada a 10 de junho;

No âmbito do plano de admissões para a CML, mandato 2013/2014, interessa registar:

a) Para os sectores dos assistentes técnicos e técnicos superiores entende a CML que será possível colmatar as saídas e necessidades recorrendo aos trabalhadores que entretanto vão adquirindo habilitações para o desempenho destas tarefas.

Na DMAU, por áreas:

a) **Cantoneiros de limpeza:** no concurso de ingresso para 150 cantoneiros deverá ser constituída reserva de recrutamento para ir colmatando as saídas e necessidades garantindo a base de recrutamento até 2017;

b) **Condutores:** será aberto concurso em 2015 para colmatar as necessidades identificadas;

c) **Coveiros:** será aberto de imediato concurso de admissão de coveiros;

d) **Tratadores apanhadores de animais:** abertura imediata de concurso para a admissão de trabalhadores e será proposto aos 5 trabalhadores do CEI, que trabalham neste momento na Casa dos Animais, a celebração

de contratos de prestação de serviços e a um outro inscrito para este tipo de contratação na DHU;

e) **DIP:** ficou o compromisso de ser analisada a necessidade de eletricitistas conjugando com as possíveis disponibilidades no DIEM, estando ainda detetada a necessidade de formação adequada para trabalhos em altura;

f) **DRMM (oficinas):** serão identificadas pelos serviços as necessidades de pessoal para as diversas categorias existentes neste setor com vista à abertura de concursos de ingresso em 2015;

g) **Jardineiros:** neste momento a CML entende ter necessidade de estudar a política a seguir para este setor, avaliando se no futuro será mantida a opção de recorrer a prestadores de serviços privados. Opção que o STML criticou veementemente.

Na DMPO:

Apesar do STML identificar carências de pessoal em todas as brigadas operacionais da DMPO (sinalização, betuminoso, calceteiros, LX alerta, coletores e depósito de Alvalade), o vereador Jorge Máximo apenas admite a falta de 12 trabalhadores-calceteiros e de 6 limpa-coletores.

Sobre a carência de **trabalhadoras-cozinheiras**, a CML irá recorrer ao projeto 'oportunidade de mudar'. Se em Setembro não estiverem colmatadas as carências identificadas, lançará concurso para admissão de pessoal.

Foi apresentado pela CML a identificação das necessidades de intervenção nos postos de limpeza, quer da CML, quer das JF, sendo alvitradas outras situações pelo STML. Foram também apontadas necessidades de intervenção noutras instalações como os ecocentros, iluminação pública, brigadas da

DMPO, DRMM, Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, balneários e copa da garagem Olivais 3, refeitórios e espaços verdes.

A CML informou que as obras dos balneários do **Complexo Olivais 2** serão iniciadas durante o mês de julho. No que concerne ao **refeitório** deste espaço municipal, as obras realizar-se-ão o mais depressa possível, abrangendo a mudança da instalação do gás, a alteração do pavimento da cozinha, a pintura e a eliminação do buraco do fontanário.

Quantos aos **fardamentos e EPI** na DHU, DIP, DMPO e DRMM está feito o levantamento das necessidades, sendo que alguns procedimentos já estão em curso e outros estão à espera de cabimentação orçamental, ficando os serviços responsáveis pelos procedimentos de analisar as necessidades mais prementes e adquirir parcelarmente os equipamentos consoante as prioridades definidas.

A CML informou que vai avançar rapidamente com a **formação do CAM** para os condutores de pesados, prioritariamente a 48 trabalhadores que já se encontram em situação de incumprimento.

A próxima reunião, a dia 15 de julho (da qual daremos informação oportunamente), será dado continuidade ao processo de calendarização. ■



Manifestação contra a privatização da EGF foi mais um ponto alto na luta contra a política neoliberal deste governo!

Milhares de trabalhadores, utentes e eleitos autárquicos desfilaram na manhã de 6 de junho, entre o Largo do Rato e a Assembleia da República, onde se contestaram o processo de privatização da EGF, a defesa dos serviços municipais, dos postos de trabalho, dos direitos e da manutenção na esfera pública deste importante serviço para as populações do país.

Os manifestantes desceram a Rua de São Bento em direção ao Parlamento, com cartazes e faixas onde se lia «Não à privatização!» e «Em defesa dos postos de trabalho!».

A fechar o desfile seguiam mais de uma dezena de viaturas de recolha de lixo dos municípios, três delas da Câmara Municipal de Lisboa.

A ação foi convocada por um conjunto de entidades, STML, STAL, SITE/SUL, SITE/CSRA, MUSP (Movimento de Utentes de Serviços Públicos) e a AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal) que subscreveram um Manifesto, apresentado a 15 de maio, no qual se sublinha que a privatização do grupo público não tem qualquer justificação económica, social ou ambiental, e é cada vez mais contestada pelas populações, trabalhadores e pela maioria dos municípios, nomeadamente o de Lisboa.

No mesmo dia, os 19 municípios acionistas da Valorsul reafirmaram por carta enviada aos candidatos à privatização que discordam da decisão do Governo, a qual põe em causa a sua «relação exclusiva» com a empresa, enquanto clientes e fornecedores da matéria-prima da empresa.

A missiva sublinha ainda que os eleitos autárquicos estão «indignados pela decisão unilateral do Estado de alienar a sua participação na empresa, sem diálogo com os municípios e impedindo-os de adquirir as participações que indiretamente aliena».



Municípios de todo o país e a própria Associação Nacional de Municípios (ANMP), tomaram posição pública contra tal alienação de património público e de funções atribuídas de facto ao poder local.

Na Resolução desta manifestação, proposta pelas organizações promotoras, exige-se que o governo ponha termo ao processo de privatização do Grupo EGF, dado que este negócio é ruinoso para a economia, para os trabalhadores, para as populações, para o país, para a saúde pública e qualidade de vida das populações.

Não baixaremos os braços e continuaremos a lutar até que consigamos travar mais este ímpeto neoliberalista deste governo, que entende que tudo o que é público pode ser privatizado, posto ao serviço do capital e do seu desenfreado anseio de obtenção de lucro. ■

Uma grande manifestação pela demissão do governo promovida pela CGTP-IN

OSTML participou na manifestação promovida pela CGTP-IN, no passado dia 21 de junho, que reuniu milhares de trabalhadores, reformados, desempregados e jovens, na baixa de Lisboa, com o lema “Acabar com esta política de direita – Governo Rua! - Por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana”.

A manifestação iniciou-se com duas concentrações, uma no Campo das Cebolas - dos distritos de Lisboa, Santarém, Leiria e Castelo Branco - e outra no Cais do Sodré - dos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro. Depois de desfilarem por duas ruas diferentes da baixa lisboeta, exigindo a demissão do Governo de PSD/CDS e a realização de eleições legislativas antecipadas, os manifestantes convergiram para o Rossio, onde o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos fez a intervenção político-sindical.

Da resolução aprovada, ficou o compromisso de intensificar a luta nos locais de trabalho e nas ruas:

- ✓ Pelo aumento dos salários e pensões, incluindo o aumento imediato do Salário Mínimo Nacional para 515€;
- ✓ Exigir o fim de todos os cortes salariais para os trabalhadores da Administração Pública;
- ✓ Reclamar a reposição das 35 horas de trabalho semanal e a publicação dos ACEEP já assinados, assim como o direito à negociação coletiva na AP;
- ✓ Rejeitar as alterações à legislação laboral, seja do Código do Trabalho, seja da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- ✓ Criar emprego com direitos, de forma a assegurar estabilidade e segurança no trabalho;
- ✓ Combater os objetivos inscritos no documento da Estratégia Orça-

mental e da chamada “Reforma do Estado”, contrapondo à fúria destruidora do Governo a luta pela defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular o reforço das Funções Sociais do Estado consagradas na Lei Fundamental do país (Saúde, Educação e Segurança Social).

Foi também aprovado, nesse dia, a realização de uma manifestação nacional para o dia 10 de julho, com duas concentrações, uma no Marquês de Pombal, para os trabalhadores da Administração Pública, e outra no Cais do Sodré. O agendamento deste protesto procura impedir a aprovação na Assembleia da República das novas regras para a contratação coletiva e de todo um conjunto de legislação nociva aos interesses dos trabalhadores da administração pública. ■



Uma estrondosa ação de protesto e luta na **MANIFESTAÇÃO NACIONAL** do dia 10 de julho!

CONTRA NOVOS ROUBOS NOS SALÁRIOS!

Pela DEMISSÃO do governo!

CONVOCAÇÃO de ELEIÇÕES ANTECIPADAS!

Foram milhares, os trabalhadores do setor público e do setor privado que, oriundos do norte, centro e sul do país, participaram na manifestação nacional do passado dia 10 de julho convocada oportunamente pela CGTP-IN. Apesar da *troika* externa ter deixado formalmente o nosso país, a austeridade permanece na visão e na prática de quem nos desgoverna há demasiado tempo. Apesar dos sucessivos chumbos do Tribunal Constitucional, o governo ilegal de Passos & Portas mantém a sua obsessão no que à diminuição dos salários da administração pública diz respeito. Este roubo descarado parece não ter limites e disso é prova a imposição da *Tabela Salarial Única* e da *Tabela Única de Suplementos*, instrumentos que procuram unicamente a diminuição dos nossos rendimentos.

Recordamos que os trabalhadores da administração pública, no ativo e reformados, em 2011 suportavam os custos com a ADSE em 39,6% e, em 2013, já suportavam **63%**! Entre 2012 e 2014, as contribuições dos beneficiários para a ADSE **augmentaram 156%** e as do Estado diminuíram 54%. Com uma política que rouba rendimentos ao trabalho para favorecer o grande capital financeiro, de 2010 a 2014, os trabalhadores em funções públicas **perderam 20,7% do seu poder de compra!**

Medidas que se devem somar à destruição em curso dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, com reflexos evidentes nas condições de vida das populações, negando-lhes serviços e direitos que a Constituição da República consagra!

Sem trabalhadores não há serviços públicos



que resistam! Entre 2010 e janeiro de 2014, a administração pública perdeu **102.046 trabalhadores!** Muitos serviços públicos encontram-se à beira da rutura e muitos outros encerraram abrindo espaço à exploração pelo sector privado de importantes áreas de interesse público.

Por isso não baixamos os braços e, no dia 10 de julho, dia de luta nacional, exigimos alto e em bom som a demissão de um governo sem qualquer legitimidade social, política e eleitoral, que insiste em empurrar a imensa maioria dos portugueses para uma espiral de crescente pobreza materializando um retrocesso social inaceitável!

Continuaremos a luta pela derrota da Lei Ge-

ral do Trabalho em Funções Públicas. Uma lei que procura destruir mais postos de trabalho, desregular os horários de trabalho e pôr os trabalhadores a trabalhar mais por menos salário!

Continuaremos a luta pela derrota dos objetivos inscritos no documento da estratégia orçamental e da chamada "Reforma do Estado", contrapondo à fúria destruidora do Governo a luta pela defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular o reforço das Funções Sociais do Estado consagradas na Lei Fundamental do país (Saúde, Educação e Segurança Social), assegurando a dotação dos meios humanos e materiais necessários, elementos essenciais à concretização dos direitos do povo e motores da coesão social e do desenvolvimento nacional.

Continuaremos a exigir a urgente renegociação da dívida pública assumida por iniciativa do Estado português, nos seus prazos, juros, montantes e condições de pagamento, para salvaguarda dos interesses nacionais, de forma a permitir conciliar um serviço de dívida compatível com o crescimento económico, a criação de emprego e a melhoria das condições de vida.

Continuaremos a exigir o fim da exploração e do empobrecimento, exigindo a demissão do Governo PSD/CDS-PP, convocando eleições antecipadas. Pela rutura com a política de direita, por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana. ■



Quem assume o processo (mais um!) da reorganização interna da CML?

Terminou, supostamente, no passado dia 15 de julho, o processo de esvaziamento a que a Câmara Municipal foi sujeita nos últimos meses. Projeto que, contudo, poderá não ficar por aqui... A transferência de trabalhadores e equipamentos para as Juntas de Freguesia consubstanciaram um projeto político de dismantelamento de importantes serviços municipais, justificado **falaciosamente** através do argumento de melhorar e aproximar serviços públicos junto das populações.

Contudo, a realidade que nos invade diariamente contrariou e contraria claramente esta ideia. Nem a cidade ganhou com este processo, nem os lisboetas têm melhores serviços públicos, já para não falar no respeito e na garantia, da vontade e dos direitos respetivamente, dos trabalhadores que compulsivamente foram empurrados para as juntas de freguesia.

A Câmara Municipal tem hoje menos competências, menos trabalhadores e menos património. O que nos deve preocupar agora é o que virá a seguir? Há muito que se fala na inevitabilidade de uma reorganização interna dos serviços, justificada obviamente por esta nova realidade, mas ninguém conhece os contornos e os objetivos concretos da mesma. Podemos todavia avançar com alguns cenários, com base em experiências passadas e de má memória, mas também com importantes lições para o futuro imediato que a todos diz respeito.

Sabemos que a fusão e a extinção de divisões, departamentos ou mesmo direções municipais, poderão estar na calha. Os rumores nesse sentido aumentam exponencialmente à medida que o tempo avança sem dó nem piedade. Sabemos igualmente que, neste contexto, a constatação, pré-fabricada acrescente-se, em relação a um pretensu excesso de pessoal surge como o gasto e decrépito argumento que justificará, oportunamente, reduzir e lançar na incerteza milhares de trabalhadores.

Se conjugarmos a obsessão predominante de quem (des)governa a cidade de Lisboa (PSD primeiro e PS depois), numa ótica que aponta descaradamente a diminuição da capacidade operativa do



poder público municipal, valorizando paralelamente a tão propagada 'iniciativa privada', percebemos que no horizonte imediato, dentro desta conceção, pouco ou nada de positivo poderá revelar mais um processo de reorganização interna dos serviços municipais.

Mas não devemos por isso desanimar ou ceder perante cenários supostamente inevitáveis. No passado recente da Câmara Municipal, experienciamos outros processos de reorganização de serviços e nenhum chegou a cumprir na íntegra o que os decisores políticos, sejam eles provenientes de um executivo 'laranja ou rosa', pretendiam inicialmente.

É pertinente lembrar que **a luta dos trabalhadores**, organizados no seu Sindicato de sempre, conseguiu travar muitas destas intenções, geralmente nefastas para a organização e eficiência dos serviços municipais perante a cidade e a população de Lisboa.

Assim foi no caso do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM), tendo sido revertido o plano original, da autoria do presidente António Costa, que perspetivava a sua extinção. Equacionava-se na altura reduzir esta importante área de intervenção a uma mera divisão, aprofundando o processo que procurava, em última análise, a sua total aniquilação. Um plano que foi claramente derrotado pela luta determinada e lúcida dos trabalhadores e do STML.

Neste sentido, devemos estar conscientes que só informados, unidos e disponíveis para lutar em defesa dos nossos postos de trabalho, dos nossos direitos e pelas condições de saúde e segurança no trabalho, conseguiremos travar qualquer intenção que visa o objetivo de esvaziar, dismantelar e extinguir serviços públicos municipais, atropelando sem apelo nem agravo os trabalhadores que os corporizam.

Não iremos aceitar mais uma machadada que hipoteque a título quase irreversível, depois do processo de transferência para as Juntas de Freguesia, a capacidade de intervenção dos serviços públicos municipais na cidade, lançando paralelamente na 'incerteza das mobilidades', os trabalhadores que ao longo de décadas têm sido de facto o motor da cidade, capital do nosso país. ■



Um Governo cada vez mais ilegítimo!

Em final de maio passado, as normas do Orçamento do Estado (OE) de 2014 que visavam (e efetivamente o fizeram até àquela data) cortar salários dos funcionários, reduzir pensões de sobrevivência e implementar tributações nos subsídios de desemprego e de doença foram declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional. Incontestavelmente, uma vitória para os trabalhadores e para os beneficiários de prestações sociais e pensionistas; uma derrota para a política de roubo e espoliação perpetrada pelo PSD e CDS sobre Portugal e o povo português.

Mas este novo chumbo representa ainda uma outra vitória: a da ordem constitucional da República Portuguesa perante a austeridade imposta por instituições estrangeiras, e voluntariamente executada pelos partidos da direita no poder. Uma vez mais, e para cumprir aquilo que se tornou já uma imagem de marca do governo PSD/CDS, os orçamentos da direita foram todos eles maculados de inconstitucionalidade. Ilação natural a tirar em três anos de poder e igual número de OE: o Governo é ilegítimo porque não tem capacidade para governar dentro da legitimidade do quadro constitucional vigente.

A ilegitimidade governativa de Passos, Portas e restante trupe parece ser evidente a todos. Menos ao Presidente da República Cavaco Silva que assobia para o lado, negando as ilações que lhe competem retirar. Violando o juramento que se obrigou a cumprir de respeitar e fazer respeitar a Constituição da República Portuguesa, Cavaco patrocina a ilegalidade e a ilegitimidade deste governo, fazendo-o perpetuar-se no poder através de uma legislatura apodrecida desde há muito. Recusando tirar ilações, preferindo como já é seu hábito o silêncio, Cavaco patrocina a decadência da nossa democracia, do nosso Estado de Direito. Tudo em nome do partido a que pertence, esquecendo as competências inerentes ao cargo que ocupa.

Simultaneamente, o Presidente da República torna-se o principal cúmplice do primeiro-ministro e outras vozes de direita que abriram guerra ao órgão de soberania Tribunal Constitucional e, por imância, à própria Constituição. Diz-se que “quem cala consente”, e pergunta-se como pode Cavaco assistir impávido e silencioso aos sucessivos ataques que Passos Coelho e alguns dos seus ministros lançaram contra o Tribunal Constitucional. Passos, mostrando a sua



soberba antidemocrática, chegou mesmo a sugerir perante os seus pares (e a opinião pública) qualquer coisa como “para a próxima temos que escolher melhor os juízes”.

O que parece passar despercebido a Passos é que, efetivamente foi ele e a maioria que o suporta na Assembleia da República que escolheu parte daqueles juízes. Os tais que agora deveriam ser subservientes à sua política ilegal. O que este primeiro-ministro reclama é a parcialidade de um órgão de soberania, desrespeitando assim o Estado de direito democrático. Perante isto, Cavaco mantém-se cúmplice e continua a suportar um governo cada vez mais só na teia de ilegitimidade que teceu desde os primeiros meses de governação. Última nota para a atuação do Tribunal Constitucional. Apesar dos violentos ataques que sofreu da direita (os deputados do PSD da Madeira chegaram mesmo a sugerir a sua extinção), os juízes não têm sido propriamente respeitadores da constitucionalidade. Se há dois anos atrás alegaram o “supremo interesse público” para deixar



que os subsídios de Natal e de férias dos trabalhadores fossem roubados, agora voltaram a ser “amigos do governo” ao não considerar a retroatividade da decisão agora tomada. Novamente prevaleceu esse argumento, ignorando-se assim o princípio da retroatividade que rege larga maioria do ordenamento jurídico português. Na verdade, os juízes do Palácio Ratton foram coniventes em cinco meses com normas inconstitucionais (logo, ilegais) que roubaram salários, pensões e prestações sociais. Provavelmente, os juízes até foram bem escolhidos. A ilegalidade é que se tornou demasiado flagrante. ■

Os jovens trabalhadores não desistem da luta por um futuro digno!

Foi com o espírito de luta, perseverança e esperança num país melhor e menos desigual que muitos jovens participaram nas ações de luta de dia 14 de junho, no Porto, dia 25 de junho e de 10 de julho em Lisboa, convocadas pela CGTP-IN.

Estas ações tiveram como objetivo continuar e aprofundar o protesto contra as políticas desenvolvidas por este governo, de exploração e empobrecimento do povo, dos trabalhadores, dos aposentados dos desempregados e dos jovens do nosso país em particular, exigindo-se simultaneamente a demissão deste governo, convocado eleições antecipadas, dando a voz e devolvendo o poder ao povo português.

Políticas anti laborais e anti sociais que tomam agora expressão com a tentativa de pôr em prática legislação lesiva dos interesses dos trabalhadores portugueses, como as alterações à Contratação Coletiva, à Lei do Trabalho em Funções Públicas e da Tabela Salarial e de Suplementos, bem como as intenções demonstradas, em relação ao futuro das funções sociais do estado, evidenciadas no documento de Estratégia Orçamental.

Os trabalhadores e os jovens não desistirão de lutar até que seja demitido este governo e seja rejeitada e afastada do nosso país esta política destruidora das nossas vidas e do nosso futuro.

Reafirmamos ainda mais alto o nosso lema “Tomemos nas nossas mãos os destinos das nossas vidas”.

Foi também com este espírito que os trabalhadores do município de Lisboa, entre eles também muitos jovens, aderiram à luta convocada pelo STML, em junho, contra a degradação das condições de trabalho e do serviço público prestado à população de Lisboa.

Em resultado da luta desenvolvida, foi possível obrigar a CML a assumir



compromissos no plano do investimento nos serviços públicos municipais. Destacamos o reforço de pessoal (150 cantoneiros de limpeza e 50 bombeiros sapadores), o que permite, não só melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também retirar da “via-sacra” do desemprego, muitos jovens que não tinham qualquer perspectiva imediata de trabalho e de futuro.

Lutar vale a pena, como mais uma vez ficou demonstrado. Contra os que nos empurram para fora do país, nos condenam a uma vida sem garantias e estabilidade, a luta continua pela demissão de um governo terrorista, ilegal e ilegítimo! ■

POR QUE RAZÃO O DESEMPREGO OFICIAL ESTÁ A DIMINUIR EM PORTUGAL?

Durante o mês de junho, aproveitando a divulgação dos dados do Eurostat sobre o desemprego nos países das U.E., os *media* têm matraqueado os portugueses com a diminuição do desemprego em Portugal.

Quem se dê ao trabalho de analisar com atenção os dados oficiais sobre o desemprego e o emprego, não poderá de estranhar um estranho paradoxo que é o seguinte: por um lado, os dados oficiais do desemprego são todos diferentes embora com um ponto comum que é a sua diminuição, e, por outro lado, embora oficialmente o desemprego esteja a diminuir, o emprego não aumenta, pelo contrário, até diminuiu.

Segundo o Eurostat, entre maio de 2013 e maio de 2014, a taxa de desemprego em Portugal diminuiu de 16,9% para 14,3%; de acordo com os dados divulgados pelo INE, entre o 1.º trimestre de 2013 e o 1.º trimestre de 2014, a taxa de desemprego baixou de 17,5% para 15,1%.

Em valor absoluto também se observa idêntica tendência nos dados oficiais sobre o desemprego. Segundo o Eurostat, entre maio de 2013 e maio de 2014, o número de desempregados em Portugal desceu de 881.000 para 736.000. De acordo com o INE, entre o 1.º trim.2013 e o 1.º trim.2014, o número de desempregados diminuiu de 926.800 para 788.100; e, finalmente, o IEFP divulgou que, entre maio de 2013 e maio de 2014, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego baixou de 703.205 para 636.410.

O que não deixa de ser estranho em todos estes números é que apesar do desemprego oficial diminuir o emprego não aumenta. Segundo dados do INE, entre o 4.º trimestre de 2013 e o 1.º trimestre de 2014, o em-

prego até diminuiu em 41.100, pois passou de 4.468.000 para 4.426.900.

Mas são estes os dados do desemprego que a propaganda oficial utiliza na sua tentativa de manipulação da opinião pública procurando convencer os portugueses que a situação do país está a melhorar. Estamos perante um grande mentira!

Se incluirmos os desempregados “ocupados”, a taxa de desemprego em vez de diminuir, como acontece com a taxa oficial, até aumenta nos últimos 3 trimestres e é superior à oficial. No 3.º trim.2013: 17,7%; 4.º trim.2013: 18%; 1.º trim.2014: 18,2%. Se conjugarmos o fenómeno da emigração em massa de portugueses na idade mais ativa (só no 1.º trim.2014 emigraram 61,7 mil indivíduos até aos 34 anos), é fácil de compreender por que razão o desemprego oficial diminuiu.

A resposta do INE sobre algumas destas incongruências, refere:

1. Os desempregados que estejam em Contratos Emprego Inserção (CEI) e Contratos Emprego Inserção+ promovidos pelo IEFP são considerados como empregados;

2. Os estagiários são também considerados como empregados;

3. Os desempregados que estejam em ações de formação profissional são considerados como desempregados ou inativos consoante o cumprimento dos critérios associados a cada conceito.

Desta forma, transformam-se desempregados em empregados, ou os desempregados deixam de ser considerados desempregados. E assim se reduz o desemprego oficial, através de uma política falaciosa que envieja a realidade com dado pré-fabricados.

Eugénio Rosa, Economista ■

A luta dos reformados é feita de muitos combates

25 de maio - Eleições para o Parlamento Europeu

O resultado destas eleições em que o voto dos reformados teve um peso determinante, traduziu-se na maior derrota eleitoral de sempre da direita coligada. Ficou provado que este governo não tem base social de apoio que o legitime.

30 de maio - Acórdão do Tribunal Constitucional sobre o OE 2014

Nova derrota do Governo. O acórdão confirmou a inconstitucionalidade dos cortes nos salários, nas pensões de sobrevivência e nos subsídios de desemprego e de doença. Valeu a pena lutar contra um Governo fora-da-lei, recordista em medidas inconstitucionais, que não tem legitimidade política para continuar a governar. O acórdão é também um revés para o Presidente da República, cúmplice destas políticas, que promulgou o Orçamento sem pestanejar.

19 de junho – Aumento da ADSE

Nesta data, constatámos mais um corte nas nossas pensões. O desconto para a ADSE, que ainda há um ano atrás era de 1,5%, atingiu agora os 3,5%! É mais um passo na escalada de agressão deste Governo aos trabalhadores e aposentados da Administração Pública. Com a anuência do PR.

O assunto não está encerrado pois o PCP, Verdes e o BE entregaram, no dia 30 de Junho, no TC, o pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma.



21 de junho - Manifestação da CGTP-IN

Com o lema “Acabar com esta política de direita – Governo Rua! - Por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana”, estivemos presentes, com a Inter-Reformados, nesta poderosa ação de protesto que reuniu milhares de trabalhadores, reformados, desempregados e jovens, na baixa de Lisboa desde o Campo das Cebolas e do Cais do Sodré até ao Rossio.

27 de junho – Proposta de lei n.º 236/XII (3ª)

Este diploma visa substituir, a partir de 2015, a CES pela CdS (Contribuição de Sustentabilidade), tornando definitivo o corte que foi apresentado como temporário. Acrescentaram ainda, no mesmo “pacote”, o aumento do IVA (23,25%) e da TSU (11,2%) para os trabalhadores.

A CGTP, muitos sindicatos e organizações, apresentaram na Assembleia da República, pareceres negativos sobre esta proposta de lei, que está agora em discussão na especialidade.

10 de julho - Manifestação Nacional da CGTP-IN

Nesta importante jornada de luta, desfilámos em conjunto com os aposentados da Frente Comum e com a Inter-Reformados, desde o Largo do Corpo Santo até à Assembleia da República, onde a maioria de direita se preparava para aprovar mais medidas gravosas para trabalhadores, reformados e pensionistas e prosseguir com mais cortes nas Funções Sociais do Estado e nos serviços públicos. “ Os banqueiros a roubar, os Reformados a pagar” e “Só mais um empurrão e o governo vai ao chão” foram das palavras de ordem que mais de ouviram.

Ação sociocultural

16 de maio - Visita à Fonte Monumental da Alameda D. Afonso Henriques

Foi a descoberta do lado menos conhecido desta fonte emblemática da nossa cidade. Da história da sua construção, à beleza da sua estatuária, das opções arquitetónicas aos equipamentos hidráulicos que permitem os belos efeitos dos jorros de água.

4 de junho – Visita à Muralha de D. Dinis no Banco de Portugal

Na cripta da antiga Igreja de São Julião, visitámos a Muralha de D. Dinis mandada construir em 1294 e classificada como Monumento Nacional. Os diversos vestígios arqueológicos em exposição, encontrados nas escavações, testemunham a história da zona ribeirinha de Lisboa ao longo de mais de mil anos.

3 de julho – Passeio na Falua “Esperança”

Ao chegar à Doca de St. Amaro, adivinhava-se um dia radioso e não muito quente, ideal para o passeio de falua no Tejo, proporcionado pelo Gabinete de Projetos e Intervenção Comunitária da CML.

Foram cerca de duas horas de agradável convívio.



Sobre a atividade sociocultural ver mais em <http://www.stml.pt/accao-cultural.html> ■

Deixa-nos saudades e será sempre lembrada a Carolina Martins, companheira nas lutas e nas datas festivas. Continuaremos a sua/nossa luta pelo fim das desigualdades sociais. ■

Tratado Orçamental: receituário para a austeridade sem fim!

Alguma vez o Estado Português promoveu uma consulta popular, ou seja um referendo, para saber o que pensamos nós da integração europeia e dos tratados que PSD, CDS e PS têm assinado com a União Europeia em nome dos portugueses? A resposta é, como todos sabemos, NÃO! E por isso mesmo, Portugal é hoje um país pouco soberano e cada vez menos independente. Faz sentido começarmos com esta pergunta para, a seguir, tentarmos perceber o que é o tão protelado Tratado Orçamental. Em bom rigor, a sua denominação é Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária (TECG) e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013, tendo sido Portugal o seu primeiro signatário.

Para os eurocratas, o tratado revela a evidência de uma evolução na União Económica e Monetária que estabelecesse um controlo orçamental para uma partilha da gestão dos orçamentos em comum, assim como para uma partilha fiscal, política, e pelo meio ainda a união bancária. Resposta, dizem, que provem da fusão das economias e de acarretar formas mais avançadas de integração na União Europeia. Assim, os orçamentos de cada membro europeu, antes de irem aos respetivos parlamentos, são obrigatoriamente submetidos a uma supervisão das instituições de Bruxelas no sentido de serem “coordenados” (palavra que se pode ler na própria transcrição do tratado). Eis, pois, o primeiro tiro na soberania económica, financeira e política de um Estado independente.

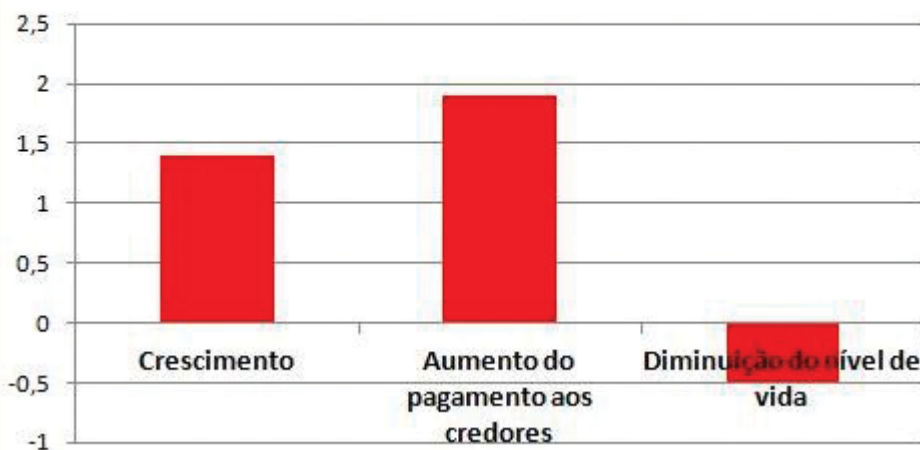
Importa agora elencar as principais regras deste tratado assinado quase clandestinamente e à revelia da vontade dos portugueses. A disciplina orçamental é a regra ou, dito de outro modo, a obrigação de cada Estado-membro signatário (todos na União, menos Reino Unido e República Checa) em ter um défice estrutural (a diferença entre as receitas e as despesas públicas, excluindo os efeitos temporários e conjunturais) inferior a 0,5% do PIB e uma dívida pública abaixo dos 60% é condição obrigatória.

Além disso, o défice também deve corresponder ao valor mínimo



Efeitos sobre os portugueses do tratado orçamental, segundo a OCDE

(% do PIB, média anual, 2014-2030)



de referência, por país, para a sustentabilidade a longo prazo. Trata-se de um valor que é fixado na chamada “vertente preventiva” do Pacto de Estabilidade e Crescimento (uma imanação do Tratado de Lisboa assinado por José Sócrates com Durão Barroso). A trajetória de ajustamento para a consecução desse objetivo é avaliada anualmente e prevê um quadro de exceções muito apertado.

Se um Estado-membro se desviar da regra de equilíbrio orçamental, será desencadeado um mecanismo de correção automática, ou seja, multas pecuniárias capazes de colocar (ainda mais) um país de rastos. O Estado-membro terá de corrigir os desvios num determinado período de tempo e o mecanismo diz ter de respeitar plenamente as prerrogativas dos parlamentos nacionais. Se um dos membros não transpuser a tempo a “regra de equilíbrio orçamental” e o mecanismo de correção automática, o Tribunal de Justiça da União Europeia será competente para decidir da matéria. A decisão do tribunal será vinculativa e, em caso de incumprimento, será seguida de uma multa que pode ir até 0,1% do PIB.

Como se pode perceber, as implicações deste tratado em Portugal revelam aquilo que já se adivinhava, e que o próprio Cavaco Silva disse entredentes: esperam-nos décadas de políticas de austeridade. Assim, perante o desastre que significa o Tratado Orçamental, Portugal jamais se libertará de *troikas* estrangeiras e jamais conseguirá trilhar por si mesmo um caminho com futuro.

Dentro deste quadro (que se antevê inflexível por desígnio, sobretudo, da Alemanha), e se não existirem ruturas consequentes no seio da União Europeia, os portugueses têm o dever de refletir sobre o futuro do País na Europa e os custos para as atuais e as próximas gerações de permanecer no euro. O empobrecimento da Europa periférica (Portugal, Espanha, Grécia, Chipre e outros pequenos países), advindo da União Económica e Monetária, está garantido por este receituário. Cabe-nos a todos nós tomar posição e travar este caminho sem futuro. ■



Israel agrava ofensiva contra a Palestina que exige justiça!

A Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) pretende que a ONU investigue os crimes cometidos por Israel, isto depois de o assassinato de um jovem palestino ter desencadeado uma onda de protestos populares a que Telavive responde com mais violência.

Num encontro com o enviado especial para o Médio Oriente, Robert Serry, o presidente da ANP exigiu das Nações Unidas a formação de um comité para investigar as atrocidades cometidas por Israel contra o seu povo. Segundo a agência Wafa, Mahmud Abbas pediu ainda «proteção internacional» para os palestinianos, justificando os apelos com a ofensiva de Telavive contra a Cisjordânia e a Faixa de Gaza desencadeada a pretexto do rapto de três jovens israelitas, e agravada depois do assassinato de Mohamad Abu Khdeir, um jovem palestino queimado vivo na quarta-feira, dia 2, em Jerusalém Leste.

Paralelamente, o governo palestiniano acusou o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de incitar à violência ao falar em «vingança divina» durante o funeral dos colonos israelitas, cujo sequestro e homicídio é atribuído por Telavive ao Hamas, apesar de o movimento ter repetidamente negado responsabilidades, e, a par de outras organizações palestinianas, ter condenado o sucedido.

Em comunicado, o Ministério da Informação da Palestina denunciou que, após as declarações do chefe do executivo israelita, colonos invadiram as ruas «escortados por soldados fortemente armados para destruir e danificar carros e propriedades e torturar palestinianos». No texto, citado pela Lusa, a ANP critica igualmente a conduta das autoridades sionistas em torno do linchamento de Mohamad Abu Khdeir, sublinhando que o corpo do adolescente de 16 anos foi retido durante dias com o intuito de impedir «que se soubesse a verdade sobre o porquê da morte e como foi torturado e assassinado». O governo palestiniano salienta também a chantagem feita sobre a família, pressionada a aceitar um relatório que garantia que o adolescente faleceu na sequência de uma rixa familiar.

Espiral criminosa

Mohamad Abu khdeir desapareceu na madrugada de quarta-feira, 2, em Jerusalém Leste ocupada, tendo sido encontrado horas depois numa floresta na parte Ocidental da cidade. O crime desencadeou uma onda de indignação que alastrou em Jerusalém e noutras cidades, às quais Israel responde com o recrudescimento da violência. Para além de dezenas de detenções e pelo menos 150



palestinianos feridos nas manifestações realizadas desde inícios de julho, alguns dos quais atingidos com munições de guerra, segundo fontes médicas palestinianas citadas pela Prensa Latina –, há a destacar a prisão e espancamento de um outro jovem palestino de 15 anos. Tariq Abu Khdeir, primo do malgrado Mohamad Abu Khdeir, foi detido e brutalmente agredido pela polícia, facto atestado por um vídeo postado na Internet. Entretanto, e enquanto decorre uma investigação oficial, um tribunal de Jerusalém condenou Tariq a nove dias de prisão domiciliária por lançar pedras contra a polícia, acusações que o jovem que também detém nacionalidade norte-americana recusa.

A ministra da Justiça israelita, Tzipi Livni, afirma que o espancamento de Tariq «não reflecte a política de manutenção da ordem no país», mas a verdade é que «no país» a «ordem» é esmagar a revolta dos palestinianos, que desde o dia 12 de junho, quando os colonos desapareceram em território controlado por Telavive nas proximidades de Hebron, contam já mais de 700 detidos, (cerca de um terço dos quais menores de idade), um número de feridos que cresce a cada dia, e quase duas dezenas de mortos, incluindo crianças, em resultado dos bombardeamentos contra a Faixa de Gaza e da repressão dos protestos legítimos. ■

Protocolos do STML

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none">- 10% de desconto nas propinas;- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.• ISLA - Instituto Superior de Linguas e Administração• ISG - Instituto Superior de Gestão• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade• Escola Superior de Educação João de Deus | <ul style="list-style-type: none">• ISTEAC - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas• COFAC - Universidade Lusófona<ul style="list-style-type: none">- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa- Instituto Superior Politécnico do Oeste- Instituto Superior D. Dinis- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Escola Superior de Educação Almeida Garrett• Lancaster College• Universidade Lusíada• Mundi Travel• Teatro da Cornucópia | <ul style="list-style-type: none">• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo• Millenium BCP• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina• MACIF - Companhia de Seguros• Aldeamento Turístico de Palmela• Viagens FALCON• BP• Optimus• Vodafone• NOS ■ |
|--|---|---|